

100 DIAS

O REAL EM XEQUE

O governo Fernando Henrique tem alguma folga para escapar e remontar seu jogo

ROLF KUNTZ

O governo completa cem dias com o Plano Real em xeque. Não pode usar o dólar barato e a importação, como antes, para conter os preços, mas nada tem para pôr no lugar. A inflação permanece baixa, em torno de 2% ao mês, há uma safra recorde e o nível de atividade é bom, mas novos problemas se acumulam com rapidez. O superávit comercial, antes amaldiçoado pela equipe como um luxo muito caro, virou meta prioritária. Para regular a procura e inibir a especulação, o único meio disponível é o juro, alto demais para a empresa e desastroso para as contas públicas.

Fora isso, o controle da moeda é precário, a mudança tributária mal começou a ser discutida e ainda há um rombo previsto de US\$ 9,5 bilhões no orçamento federal. A reforma da Previdência empacou e o PPR, supostamente da oposição, é o principal apoio do Executivo na questão dos monopólios. O governo avisou logo no início: não haveria um plano para os primeiros cem dias. Estava dizendo a verdade.

O governo tem alguma folga para escapar do xeque e remontar seu jogo. A economia pode funcionar mais devagar sem cair em recessão. No primeiro trimestre, o Produto Interno Bruto foi 8,2% maior que o de um ano antes, com bom desempenho de quase todos os setores. A atividade começou a arrefecer, menos pela intervenção oficial do que pelo esgotamento do consumidor. Depois de seis ou sete meses de compras animadas, boa parte das famílias tem dívidas para administrar, aluguel mais alto no fim do mês e orçamento pouco mais apertado.

Como não há congelamento, não há preços comprimidos, com risco de explosão de uma hora para outra. Além disso, há boas condições de abastecimento: a colheita vai bem, arroz e milho têm sido vendidos abaixo do preço mínimo e a situação é tranqüila para o consumidor (mas muito ruim para o produtor agrícola). Depois, embora o dólar tenha subido cerca de 6% desde o início de março, o câmbio ainda é um freio razoável para os preços. O real continua valorizado e a maioria das tarifas de importação permanece baixa. Mas esse tipo de freio não pode prestar o mesmo serviço que antes.

Para remontar o Plano Real, a equipe terá de trabalhar com várias metas ao mesmo tempo. Será preciso, antes de mais nada, evitar uma crise cambial, que destruiria toda a política. O governo admite como objetivo um superávit comercial de uns US\$ 5 bilhões. Isso compensaria uma parte do déficit previsto para os serviços, aproximadamente US\$ 15 bilhões, causado principalmente pela remessa de juros. Os US\$ 10 bilhões restantes poderão, segundo o cálculo oficial, ser cobertos com capitais externos. No primeiro trimestre, porém, o déficit comercial deve ter ficado perto de US\$ 2,4 bilhões e o rombo em conta corrente, próximo de US\$ 6 bilhões.

Para consertar o balanço de pagamentos, o governo poderá: 1) aceitar uma desvalorização maior do real, para estimular exportações e deter as importações; 2) aumentar as facilidades para exportar, cortando impostos e reduzindo outros custos, como os de embarque (tudo isso é mais complicado); 3) derrubar o consumo e o nível geral de atividade (isto dependerá principalmente da taxa de juros, se não houver outros meios de controle da procura).

A desvalorização cambial e o controle da demanda são os meios mais prováveis. Se o governo insistir em manter o real valorizado, tanto maior terá de ser a redução da atividade, talvez até com recessão. Ao mesmo tempo, será preciso tentar manter a inflação em nível razoável. Se a taxa se acomodar perto de 2% ao mês, isso representará cerca de 27% em 12 meses. Se subir para 3%, em média, o resultado será próximo de 42% em 12 meses.

Essa era a taxa de um mês, pouco antes do real, mas muita gente se esquecerá disso, em pouco tempo, se os defensores da indexação forem



Raimundo Valentim/AE

“Planalto ainda governa com recurso da MP”

“No estilo ‘é dando que se recebe’, o fisiologismo cresce na relação do Congresso com o governo”

ALOIZIO MERCADANTE
Especial para o Estado

O governo FH apenas começa, mas está relativamente imobilizado, perdendo credibilidade, iniciativa e frustrando parcela significativa da opinião pública.

No plano político o governo não é um todo orgânico e minimamente coeso. Os conflitos no interior da ampla frente conservadora formada na campanha exigem esforço imenso de articulação, o que dificulta as ações de governo e a sustentação de suas iniciativas. Mais grave é a disputa por poder e cargos no PSDB que, entre outros desgastes, levou ao afastamento de seu presidente Pimenta da Veiga. Neste cenário, o fisiologismo cresce na relação do Congresso com o governo e o é dando que se recebe parece tomar conta do cotidiano das decisões.

O governo definitivamente não tem base estável e confiável no Congresso. Não há um apoio parlamentar programático. O Planalto governa com MPs, sem critério de urgência e relevância, abusando deste instrumento e sendo obrigado a recuar em inúmeras medidas, revelando a inconsistência de suas iniciativas. Incrível que estas eram duas das principais críticas à candidatura de Lula: um partido dividido e não ter maioria no Congresso.

As lideranças conservadoras, mais íntimas do aparelho de Estado, vão tomando conta dos espaços e neutralizando expectativas de mudanças substanciais — Sarney no Senado e ACM, por meio de Luís Eduardo, na Câmara vão restringindo o oxigênio do Planalto e reaproximando o governo do padrão “Nova República”. O próprio presidente tem dedicado parte de sua agenda a receber pedidos paroquiais de parlamentares, quando o agravamento da crise exige concentração nos grandes temas nacionais.

No entanto, as maiores dificuldades se apresentam na área econômica. O Plano Real teve sua principal base comprometida: o câmbio. A fuga de mais de US\$ 7 bilhões desde janeiro é dramática se associada aos déficits comerciais crescentes e a um balanço de serviços deficitários para 1995 em pelo menos US\$ 15 bilhões. Há uma crise cambial potencial num contexto de grande instabilidade financeira internacional. A tentativa de desvalorização cambial encaminhada pelo Banco Central foi desastrosa e não equacionou o problema do saldo comercial. O governo finalmente tenta restringir a importação de bens de consumo, mas isso parece insuficiente sem uma revisão mais profunda da política cambial. O custo econômico e social deste caminho não será pequeno, e as tensões inflacionárias evidentemente

crescem já a partir deste mês. É incrível que o “efeito Lula”, com fuga de capital, também fosse uma das principais críticas a nossa chapa.

O País resistiu ao ajuste neoliberal, ganhou tempo com o impeachment de Collor e pode reagir a este

quadro de dificuldades. A reforma da Constituição não pode ser o quarto de despejo dos problemas nacionais, porque aumentaremos as frustrações do País. Temos condições de evitar a crise cambial, recuperando o saldo comercial e reorientando a política econômica do governo para uma política de rendas negociada, que reative as câmaras setoriais e permita uma saída negociada das dificuldades que se avizinham. A reforma tributária e um pacto negociado setorialmente, incluindo mecanismos de controle social dos preços e introdução do contrato coletivo de trabalho, podem substituir a fragilidade e o que resta da política de estabilização. Porém, será difícil a negociação avançar quando o presidente na sua solidão começa a tratar a oposição de “bobos”, “gatos pingados”, “derrotados”, “falsa esquerda”, porque este Fernando conhecemos e a Nação não quer a sua volta.

■ Aloizio Mercadante, economista e professor da Unicamp e PUC, é vice-presidente nacional do PT e foi candidato à Vice-Presidência da República na chapa de Lula

**É PRECISO
MANTER A
INFLAÇÃO
BAIXA**

**FH NÃO
TEM BASE
ESTÁVEL NO
CONGRESSO**

Apesar das manifestações de protesto, não há congelamento nem preços comprimidos com risco de explosão de uma hora para outra

competentes na propaganda. Evitar a reindexação geral será uma das tarefas mais duras, mas o próprio governo tem sido ambíguo em relação ao problema: ora se fala em desindexar de uma vez, ora em mudar gradualmente.

O governo tem agido, até agora, como se conter os preços e ajustar o câmbio fossem medidas incompatíveis. É uma opinião errada, insiste o deputado Antônio Delfim Netto. Se fosse verdadeira, Chile, Israel e Estados Unidos estariam afundados na inflação. Mas esses países dispõem, e este é o ponto decisivo, de meios de controlar a moeda. No Brasil, o aumento dos depósitos compulsórios tem produzido algum efeito, mas o freio principal continua a ser a taxa de juros. No início desta semana, o capital de giro estava custando cerca

de 100% ao ano, taxa pré-fixada e válida por um mês. A pós-fixada (acima da TR) era 19% ao ano, também para empréstimos por 30 dias.

Juros tão altos, reconheceu o presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, num depoimento no Congresso, não são suportáveis por muito tempo: servem numa emergência, mas isso quer dizer quanto tempo?

Os primeiros cem dias foram quase uma sucessão de emergências. Até o meio de janeiro, o governo agiu como se a crise mexicana fosse algo de outro mundo e não houvesse, para o Brasil, o perigo de perder reservas. Começou a aceitar a realidade, porém, quando percebeu o tamanho do buraco na conta de comércio. No último bimestre do ano passado, tinha havido um déficit superior a US\$ 1,3 bilhão. A equipe decidiu, afinal, re-

compor alguns incentivos. Exportadores puderam, de novo, antecipar contratos de câmbio por 180 dias, não mais por 90, e sem o recolhi-

mento compulsório de 15%. Além disso, a tarifa de importação de carros passou de 20% para 32%. Tudo isso foi uma tentativa de não mexer no câmbio.

Em fevereiro, já havia quem visse (o professor norte-americano Albert Fishlow, por exemplo) mudança cambial em maio. Acabou ocorrendo em março, e de modo tumultuado. Como a desvalorização não bastou para acalmar o mercado, foi preciso, ainda, mexer

nas tarifas. A elevação das alíquotas de 109 produtos para 70% foi uma tentativa de não deixar dúvidas.

O câmbio, afinal, começou a ser consertado. Em contrapartida, ficou mais urgente conquistar o controle da moeda e o equilíbrio fiscal. Para remontar a política monetária, o Banco Central terá de ser mais duro com o sistema financeiro, e a intervenção nos

bancos estaduais foi apenas um começo. Do lado fiscal, o governo parece condenado, por enquanto, a continuar com o controle de boca de caixa, solução de emergência, mas em uso há vários anos.

**O BANCO
CENTRAL
TERÁ DE SER
MAIS DURO**